

Cosmofagia e net-ativismo indígena brasileiro, durante a pandemia da Covid-19

Cosmophagy and net-activism brazilian indigenous, during the Covid-19 pandemic

Cosmofagia y net-activismo indígena brasileña, durante la pandemia de Covid-19

Thiago CARDOSO FRANCO

thiagofrancoatopos@gmail.com

Marcelo Rodrigo DA SILVA

Universidade Federal do Amazonas / prof.marcelorodrigo@gmail.com

Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación

N.º 145, diciembre 2020 - marzo 2021 (Sección Monográfico, pp. 181-196)

ISSN 1390-1079 / e-ISSN 1390-924X

Ecuador: CIESPAL

Recibido: 24-10-2020 / Aprobado: 02-12-2020

Resumen

Este artículo tiene como objetivo mapear las etnias brasileñas conectadas a Internet y observar las prácticas de comunicación de los net-activistas indígenas, durante la pandemia Covid-19, como una forma de resistir y afrontar los procesos cosmofágicos a partir del análisis de tres perfiles de Instagram: @midaindiaoficial, @apiboficial y @visibilidadeindigena. A partir del análisis se pudo apreciar cómo las comunicaciones de perfil están fuertemente marcadas por 1) conciencia y denuncia de violaciones a los derechos indígenas; 2) difusión de logros y eventos y 3) articulación de movilizaciones, ocupaciones e intervenciones organizadas. Además, está claro que la red Instagram ahora está habitada por pueblos indígenas como un ecosistema de lucha y resistencia.

Palabras clave: Comunicación digital, Cosmofagia, COVID-19, Net-activismo indígena, Instagram.

Abstract

This article aims to map Brazilian ethnicities connected to the Internet and observe indigenous net-activist communication practices, during the Covid-19 pandemic, as a way of resisting and coping with cosmophagic processes based on the analysis of three Instagram profiles: @midaindiaoficial, @apiboficial and @visibilidadeindigena. From the analysis, it was possible to perceive how the profile communications are strongly marked by 1) awareness and denunciation of violations of indigenous rights; 2) dissemination of achievements and events and 3) articulation of mobilizations, occupations and organized interventions. In addition, it is clear that the Instagram network is now inhabited by indigenous peoples as an ecosystem of strive and resistance.

Keywords: Digital communication, Cosmophagy, Covid-19, Indigenous net-activism, Instagram.

Resumo

Este artigo tem o objetivo de mapear as etnias brasileiras conectadas a Internet e observar as práticas comunicacionais net-ativistas indígenas, durante a pandemia da Covid-19, como forma de resistência e enfrentamento aos processos cosmofágicos a partir da análise de três perfis do Instagram: @midaindiaoficial, @apiboficial e @visibilidadeindigena. A partir das análises, foi possível perceber como as comunicações dos perfis são fortemente marcadas por 1) conscientização e denúncia de violações dos direitos indígenas; 2) divulgação de conquistas e eventos e 3) articulação de mobilizações, ocupações e intervenções organizadas. Além disso, percebe-se que a rede do Instagram passa a ser habitada pelos povos indígenas como um ecossistema de luta e resistência.

Palavras-chave: Comunicação digital, Cosmofagia, Covid-19, Net-ativismo indígena, Instagram.

1. Introdução

As possibilidades de conexões globais e interplanetárias ressaltam a existência de agentes não humanos e a porosidade das ações dos Estados. Um vírus, como o da Covid-19, conecta todos em Gaia¹, e nos coloca no mesmo barco. Nos faz lembrar da nossa humanidade, fragilidade e, assim, ocorrem os esforços para a manutenção da vida humana. Ao menos, deveria ser essa a lógica de sobrevivência.

Até o dia 20 de outubro de 2020, conforme dados da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), havia 37.219 casos confirmados da doença e 856 indígenas mortos pelo Covid-19. Foram 158 povos afetados pela pandemia. Entretanto, como se não bastasse a crise mundial de saúde, une-se a esta ameaça outras emergências como o garimpo ilegal e o desmatamento, que mantêm vivo e latente o risco iminente de dizimação de etnias inteiras que compõem os povos tradicionais do território brasileiro e que vêm sobrevivendo há séculos às perseguições e opressões ditas civilizatórias.

O ocidente criou um modelo cosmofágico, engolidor de mundos, que prioriza mais um estilo de vida do que a própria vida. Assumimos o termo cosmofagia para explicar um movimento de ataques às diversas cosmologias existentes em Gaia. Os ataques não são feitos apenas pelo Estado, mas por aqueles que desconsideram a diversidade e a riqueza de conhecimento cosmológico. O problema é que no caso brasileiro, estamos vendo o Estado servindo como instrumento para esse modelo de poder escuso, com agravamentos evidentes no Governo de Jair Bolsonaro.

Como forma de resistência e manifestação contra esses ataques, articulam-se grupos de ativistas que passam a habitar o ambiente virtual e conviver com as comunidades conectadas em rede, operando no que é conceituado como ativismo digital.

Quando abordamos os conceitos que evoluem o ativismo digital, nada obstante, fazemos uma diferenciação entre ativismo midiático/ciberativismo e net-ativismo. O ciberativismo, conforme Di Felice (2017, 2013), está relacionado à primeira geração de ativismo midiático na Internet e aos movimentos estadunidenses, nos anos de 1990, com a intenção de difundir causas locais em escalas globais. De acordo com Magalhães (2018), essa noção estaria relacionada a uma interpretação relativamente maquínica do fenômeno, como se o peso dessa relação em rede estivesse centrado na tecnologia como ferramenta externa, separada dos demais membros.

1 A hipótese de Gaia difundida como grande organismo vivo, a partir das proposições de James Lovelock, vem passando por revisitações. Latour (2020) e Di Felice (2019) destacam as características assimétricas, reticulares e diversas de Gaia. Não se trataria de um organismo vivo, mas de redes de agentes que formam o que se entende por Gaia. Latour (2020) mais precisamente desconstrói a imagem de um planeta Terra uniforme, para pensar um grande sistema disforme. Di Felice (2019) mostra a integração não só de seres vivos, mas de tecnologias, algoritmos, humanos e não humanos.

Já o net-ativismo estaria ligado a um momento mais recente que leva em consideração a computação móvel, uso e análise de Big Data, marcado pela passagem de uma forma de conflitualidade informativa-mediática para modelos reticulares, distribuídos, autônomos e colaborativos.

Conforme enfatiza Magalhães (2018), o net-ativismo passou a se articular com a maximização das possibilidades de autonomia e sustentabilidade do desenvolvimento e da criatividade. Não se opondo à globalização, mas a partir de uma identidade cidadã global, habitante das redes digitais, que não se nega à diversidade local e cujas pautas reivindicatórias e de ação “glocal” avançam na direção do atendimento das necessidades comuns, tais como a democracia, equidade, consumo consciente, sustentabilidade, entre outras reivindicações.

Desse modo, de acordo com Pereira (2017) o net-ativismo indígena seria o encontro dos movimentos ativistas indígenas que já existiam com as novas formas de ativismo digital.

2. Questões metodológicas

Este artigo, portanto, tem o objetivo de observar as práticas comunicacionais net-ativistas indígenas como forma de resistência e enfrentamento aos processos cosmofágicos. Para tanto, foi feito um mapeamento das etnias brasileiras conectadas a internet e isso foi combinado com um estudo de caso a partir da análise de três perfis do Instagram selecionados com base em três critérios pré-definidos: 1) possuírem mais de 50 mil seguidores; 2) não terem fins comerciais; 3) representarem um coletivo de ativistas em defesa dos interesses indígenas e 4) serem criados por ativistas de origem indígena no Brasil. Os perfis foram identificados a partir de pesquisa com o marcador #povosindigenas na ferramenta de busca da própria rede social.

Os perfis selecionados foram os que apareceram prioritariamente na busca e cumpriram os critérios estabelecidos anteriormente: @mídiaindiaoficial (<https://www.instagram.com/midiaindiaoficial/>) Mídia Índia - Oficial, com 103 mil seguidores e 4.333 postagens; e @apiboficial, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (<https://www.instagram.com/apiboficial/>) com 69,3 mil seguidores e 2.859 postagens; e @visibilidadeindigena (<https://www.instagram.com/visibilidadeindigena/>) com 52 mil seguidores e 353 postagens. As discussões aqui apresentadas foram desenvolvidas com base na análise dos conteúdos das últimas postagens feitas até o dia 20 de outubro de 2020 em cada perfil, relacionadas à pandemia de Covid-19.

Foi escolhida a plataforma do Instagram devido à sua popularidade e capilaridade. De acordo com dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae (2020), o Instagram é a rede social que mais cresce no mundo, contando atualmente com mais de 500 milhões de contas. De acordo com a entidade, a rede social de fotos tem em média 1,5 bilhão de curtidas por

dia, além de ser 15 vezes mais interativa do que o Facebook e contar com o perfil de mais de 1.400 grandes marcas.

Nosso interesse com as análises foi investigar as relações articuladas pelo homem – mas não só por ele, uma vez que interage com uma série de elementos distintos – na dimensão de uma rede digitalmente conectada. Mais especificamente, nossa atenção se ateve às relações estabelecidas pelos povos indígenas em torno de ações de net-ativismo, a partir da forma como os perfis analisados se comunicam com sua rede de seguidores e de perfis parceiros a partir da temática da pandemia de Covid-19.

3. Cosmofagia

Conforme dados da Coiab (2020), a Amazônia brasileira é uma área com uma extensão de aproximadamente 5,2 milhões de quilômetros quadrados, que corresponde a 61% do território nacional. A maior parte das Terras Indígenas estão concentradas nesta região. São em torno de 110 milhões de hectares onde vivem 60% da população indígena do país, estimada em aproximadamente 440 mil pessoas, que falam mais de 160 línguas diferentes. Nesse imenso território, vivem ao menos 180 povos ameríndios distintos, além de grupos considerados “isolados”. Em toda a Amazônia Legal, existem cerca de 114 registros da presença desses indígenas que optaram por viver de forma livre e autônoma, sem contato com a sociedade envolvente.

Em contraste com a diversidade amazônica, o ocidente estabelece os modelos religiosos, as políticas a serem seguidas, padroniza as práticas cotidianas, os conhecimentos de cura e descarta a diversidade de outros modos de existência. Sloterdijk (1999, 2003, 2004, 2006) entende que esse modo de agir, seria um sistema de defesa para a manutenção ocidental de habitar o globo, em que vivemos.

O processo se fortalece na filosofia grega e se expande com a matriz romana-judaico-cristã-científica-informacional. Ao longo do contexto ocidental é possível ver as guerras, conquistas e expansões de impérios. Se em algum momento vivemos sobre a violência das conquistas, também passamos pelos impérios da comunicação e informação, da dominação simbólica da narrativa, de como as coisas são contadas.

O homem ocidental² e a perspectiva humanista, centraliza seu ego em sua própria figura desarranjada e se esquece que todos nós habitamos uma rede de organismos humanos e não humanos, conhecida como Gaia, ou ainda a diversidade de mundos possíveis.

Humanos e não-humanos habitam, compartilham sensibilidades distintas. Vivemos em meios de diversidade de etnias, animais, vegetais, grupos incontáveis de vírus, bactérias e tecnologias. Todos esses elementos se encontram em Gaia,

2 O ocidental não deve ser entendido por coordenadas geográficas, mas de acordo com Heidegger (1977, p. 16), como todo aquele pensamento que se estrutura a partir da filosofia grega clássica.

que periodicamente se rebela e nos mostra a insignificância da espécie humana. A ideia de globo simétrico ou de Terra uniforme vem sendo desconstruída por Sloterdijk (2002, 2004, 2006) e Latour (2020).

Nesse processo cosmofágico, devemos observar também os discursos colonialistas, a própria ideia de América como uma construção europeia, conforme lembra Mignolo (2005). Em contraposição ao mundo ocidental e os lugares onde habitamos, emergem narrativas que deveriam ser levadas em consideração, como a *Pachamama* ou ainda o *Krahô Cunea* (Mundo Krahô³), ou incontáveis definições que são excluídas dos modos operacionais do conhecimento ocidental.

Conforme lembra Sloterdijk (2004), a imunização que criamos – nós, os ocidentais –, tem paredes finas. Não existe apenas um *modus vivendi*, mas o ocidente insiste em ditar as regras do jogo. Retrospectivamente, nos locais onde a ideia de Estado conseguiu se estabelecer, foi criado uma falsa sensação de vida familiar, de imunidade, segurança e de bem-estar. Peter Sloterdijk mostra que nos locais onde o poder do Estado mais operou, foram os mesmos locais em que o Estado obteve mais sucesso na domesticação das populações. Ressaltamos que o poder homogeneizador ocorre em desfavor das populações autóctones.

Nos ataques cosmofágicos, que ocorrem no Brasil, além da violência nos territórios, as narrativas sobre o *modus vivendi* estão em conflito. As narrativas ameríndias que emergem na Internet apresentam relatos de dor e demonstram o grau de fissura entre as etnias e as práticas ocidentais: de um lado estão os ameríndios reivindicando o seu reconhecimento e do outro o Estado e os abastados impondo as regras do jogo, que mudam em favor das autoridades que governam, dos privilegiados, das redes de poder e das heranças colonizadoras. Como em toda guerra, os mortos se materializam em corpos, na destruição dos territórios e das memórias.

O cosmofagia é um processo da predação ocidental que chega às aldeias e engole mundos. A predação ocorre de duas maneiras: no próprio extermínio das populações; e nos atos sutis, na violência simbólica, na presença da política, na transmissão de doenças. Apagam-se as memórias, as práticas ritualísticas, as brincadeiras de pátio, populações inteiras somem do mapa. É a marca da nossa história, a extinção de povos que já existiam aqui por milhares de anos.

Um risco potencial dessas narrativas se agrava quando se orquestram discursos articulados em torno de notícias falsas (ou *fake News*), como as que ganharam força em torno do uso do medicamento cloroquina/hidroxicloroquina. Conforme Vasconcellos-Silva & Castiel (2020) autoridades políticas máximas buscam por atenção e produzem desinformação nas mídias e redes sociais, que também lhes servem como norte e motriz das decisões políticas. Segundo os

3 Etnia Timbira, de língua Jê, que vive no norte do Estado do Tocantins. Apesar da vegetação predominante no território ser o cerrado, os Krahô estão nos limites da Amazônia Legal. A Amazônia Legal é uma área que integra nove Estados do Brasil: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Estado do Maranhão.

autores, Tais alegações imprecisas representam um perigo claro e direto não só para o indivíduo, mas também para o coletivo e a saúde pública.

Sousa Júnior, Petroll & Rocha (2019), ressalta, ainda, a existência de razões financeiras por trás da criação e a disseminação de notícias falsas na web, o que fez surgir um novo modelo de negócios altamente rentável que tem como objetivo principal desinformar uma parcela da população manipulando-a com informação falsa.

Nos territórios ameríndios brasileiros, em período de pandemia, as etnias tentam se proteger fechando suas entradas, ao mesmo tempo em que pedem ajuda para afastar garimpeiros e grileiros de terra, vetores da doença. Eles fazem barricadas para controle de entrada e saída de pessoas.

4. Povos indígenas e os dispositivos digitais

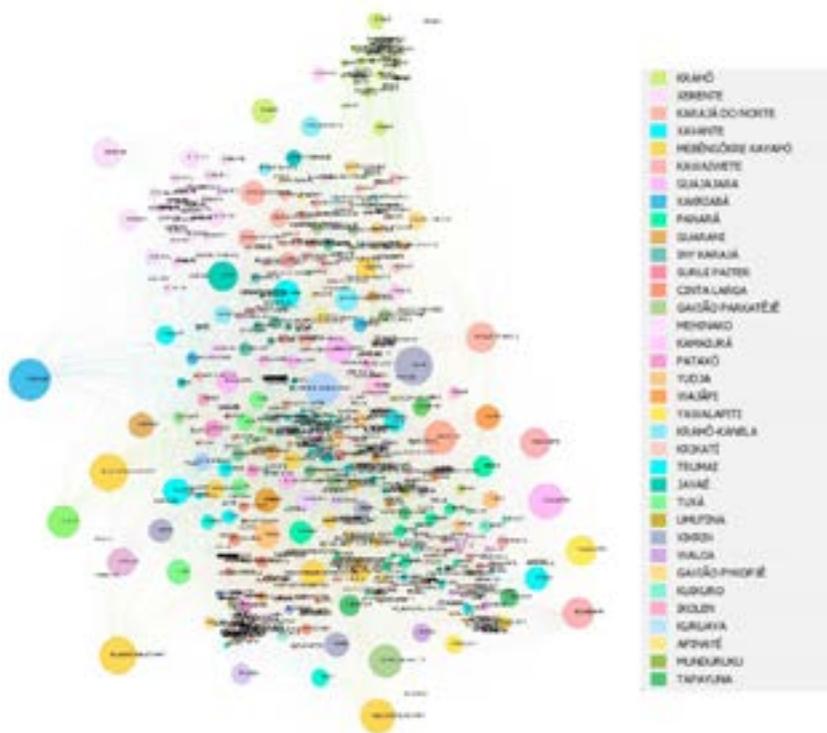
Agamben (2019) defende que o dispositivo tecnológico também é uma rede de captura. Entretanto, as etnias vêm mostrando a reapropriação dos dispositivos digitais, em favor das comunidades. Os ambientes virtuais servem para espaço de voz, resistência, denúncias internacionais. E agora com a Covid-19, se tornou um ambiente primordial para o alerta da doença entre essas populações. Se de um lado as grandes empresas recolonizam o local, as comunidades também apreendem outros espaços de vozes globais.

Desde 2013, estamos observando e mapeando as etnias brasileiras se conectando à Internet. Desse mapeamento, com 120 etnias identificadas, notamos que as línguas nativas continuam a ser usadas, no ambiente tecnológico. Experiências cosmológicas e xamânicas são compartilhadas. Percebemos também perfis de redes digitais se organizando para as práticas net-ativistas.

As comunidades ameríndias estão conectadas à Internet conforme o mapa 1, organizado pelos troncos linguísticos que mais se destacam. Cada língua uma cosmologia. Talvez devamos levar em consideração o que Haraway (2019) vem escrevendo sobre a tecnologia. As soluções tecnológicas não devem ser tratadas como entidades religiosas. Ela não virá em resgate das criaturas, como uma promessa divina.

Também não deve ser lida como tecno-apocalítica, que se rebelará contra tudo e todos. Os projetos tecnológicos devem ser adaptados aos seus povos, a partir de suas autonomias e coisas importantes podem acontecer nesse sentido. Devemos então aprender a conectar todos esses elementos distintos de forma a contribuir, para vivermos em conjunto com tecnologias, diferenças cosmológicas, diferenças de natureza, humanos e não-humanos.

Mapa 1 - Troncos linguísticos de etnias conectadas a internet



Fonte: Adaptado de Franco (2019).

O fato é que o coronavírus SARS-Cov-2 (Covid-19) também chega às aldeias ameríndias e junto com o vírus o descaso com as comunidades, por parte das autoridades brasileiras (Ferrante & Fearnside, 2020). Simultaneamente, ameríndios, ONG's e associações indígenas se organizam em rede, para buscar ajuda, a fim de amenizar a doença nos territórios.

Em período de pandemia, os Krahô, por exemplo, estão controlando e fazendo aplicação de água sanitária em todos os veículos que entram no território. Todavia, a doença avança. Para amenizar a distância de quem não pode entrar nas terras, eles transmitem os rituais direto da aldeia, por intermédio de *lives*.

Muito além dos rituais, as etnias estão conectadas nas mais diversas possibilidades das trocas de saberes, redes de trocas de sementes, comércio, conexões xamânicas e resistência. Elas compartilham experiências, denunciam agressores, filmam invasores e diariamente publicam em suas redes os desmandos e crimes que ocorrem nos territórios, compartilham dicas sobre o combate da Covid-19. Outro exemplo é a rede Wayuri, na região do Alto Rio

Negro, que periodicamente gravam *podcasts* sobre a doença COVID-19, revelando formas de prevenção e informações do avanço do vírus nos territórios.

Ameríndios e ribeirinhos formam redes de informação e levam em consideração aspectos cosmológicos para o combate da doença e outras questões que ameaçam a sobrevivência das etnias. Conforme lembra Pereira (2010, 2012, 2013, 2017, 2018), nas últimas décadas, os grupos ameríndios vêm passando por um complexo modo de transformação comunicativo, que envolve o aparecimento da Internet e os dispositivos de conexão.

5. Net-ativismo indígena

O perfil @midiaindiaoficial integra o projeto Mídia Índia Oficial, uma rede de comunicação formada por jovens indígenas que está em formação e construção. A rede nasceu em 2017 e tem objetivo de se fortalecer como uma porta voz da luta indígena nas redes sociais, podendo se fortalecer também enquanto uma mídia independente. Hoje a rede conta com dezenas de jovens indígenas de diferentes localidades do Brasil que se dedicam ao projeto, conquistando um lugar importante na difusão das pautas e temas transversais a causa indígena.

As últimas postagens feitas pelo perfil e relacionadas à Covid-19 destacam a perda de um dos principais representantes da etnia Sataré-Mawé da região do Baixo Amazonas, Amado Menezes, de 64 anos, que morreu em decorrência do vírus no dia 15 de outubro. Também são compartilhadas as informações divulgadas pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) sobre o acompanhamento dos casos confirmados de indígenas contaminados pela doença. São veiculados, ainda, conteúdos sobre o resultado de ações e campanhas de ajuda humanitária às famílias afetadas pela pandemia, pelo isolamento social e pela crise econômica que limitou suas fontes de rendas e sustentação tanto nas áreas urbanas quanto nas florestas.

Apesar de não estar entre os perfis analisados neste estudo, é interessante destacar a atuação do perfil @coiabamazonia como articulador dos demais perfis de grupos ativistas indígenas no Instagram. O perfil da Coiab possui 11,3 mil seguidores e 819 publicações. A coordenação existe há 31 anos e possui um histórico atuante de produção multimídia em busca de visibilidade e notoriedade para as causas indígenas.

Além do site institucional, a Coiab mobiliza campanhas de arrecadação de fundos para ajuda humanitária; desenvolve o podcast “Coiab Informa”; disponibiliza os aplicativos “Alerta Indígena”, para monitoramento dos casos de Covid-19, e “CÔ” para monitoramento de queimadas; disponibiliza a série “Somos muitos povos contra a Covis-19”; o estudo “Não são números, são vidas”, em parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam); e ainda alimenta seu canal no Youtube, página no Facebook e perfil no Twitter.

A Coiab está sediada em Manaus-AM e atua em nove Estados da Amazônia Brasileira (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia,

Roraima e Tocantins). Está articulada com uma rede composta por associações locais, federações regionais, organizações de mulheres, professores, estudantes indígenas, e subdividida em 64 regiões de base. Tem como missão defender os direitos dos povos indígenas à terra, saúde, educação, cultura e sustentabilidade, visando sua autonomia através de articulação política e fortalecimento das organizações indígenas.

Em julho de 2020 também criou o “Plano de Ação Emergencial de Combate ao Avanço do Coronavírus e de Tratamento entre os Povos Indígenas da Amazônia Brasileira”, uma ferramenta de planejamento e mobilização para a realização de ações conjuntas com lideranças, parceiros, apoiadores e autoridades.

Figura 1: Mosaico de postagens do perfil @mídiaindiaoficial nos dias 9, 14 e 19 do mês de outubro de 2020, respectivamente.



Fonte: Instagram

O perfil @apiboficial faz parte da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, criada pelo movimento indígena no Acampamento Terra Livre (ATL) de 2005. O ATL uma mobilização nacional, realizada todo ano desde 2004, com objetivo de tornar visível a situação dos direitos indígenas e reivindicar do Estado Brasileiro o atendimento das suas demandas e reivindicações. A articulação aglutina organizações regionais indígenas e nasceu com o propósito de fortalecer a união de nossos povos, a articulação entre as diferentes regiões e organizações indígenas do país, além de mobilizar os povos e organizações indígenas contra as ameaças e agressões aos direitos indígenas.

As postagens mais recentes do perfil relacionadas à pandemia de Covid-19 alertam sobre a gravidade do contágio da doença sobre a etnia Guajajara e retratam a articulação política e os esforços das lideranças indígenas em busca de apoio na proteção da saúde dos povos indígenas do Estado do Maranhão. Reforçam a campanha “Ajude os povos indígenas do Sul a enfrentar a Covid-19”, criada pela Organização Indígena da Região Sul (@arpinsulindigenas) e que pede doações para ajudar mais de 100 comunidades em situação de vulnerabilidade. Divulgam os dados de contaminação pelo vírus, divulgados pela Coiab, que também são replicados por diversos perfis de ativistas indígenas. Também enfatizam a perda da liderança Sataré-Mawé, Amado Menezes.

Figura 2: Mosaico de postagens do perfil @apiboficial nos dias 17 (as duas primeiras) e 19 do mês outubro de 2020.



Fonte: Instagram

O @visibilidadeindígena é o perfil do projeto Visibilidade Indígena (VI) que surgiu a partir da vontade de enaltecer e reconhecer a potência indígena e recontar as histórias dos povos através dos seus próprios olhares e perspectivas. O projeto se denomina como uma rede de etnomídia com foco no protagonismo indígena na produção do conteúdo. Foi fundado em 2017, inicialmente no Facebook, depois se expandiu para outras plataformas como Instagram, Twitter e Youtube. Em 2019 iniciou o trabalho experimental Cinenativo, plataforma experimental, protagonizada e administrada por indígenas, que disponibiliza conteúdo audiovisual online e gratuito focado no cinema indígena.

Entre as últimas postagens do perfil relacionadas à Covid-19, está uma sequência de cards que orientam sobre como apoiar as comunidades indígenas em tempos de pandemia. A postagem faz um chamamento para o apoio a financiamentos coletivos, acompanhamento de mídias e organizações indígenas, apoio a produtores, empreendedores e artistas indígenas e compartilhamentos de notícias e projetos. Também há postagens relacionadas ao pensador Ailton Krenak e sua visão sobre a pandemia. Há, ainda, postagens de conscientização sobre os cuidados que as famílias precisam tomar para evitar a contaminação e disseminação da doença.

Figura 3: Mosaico de postagens do perfil @visibilidadeindígena nos dias 3 e 10 do mês de abril e dia 22 do mês de setembro de 2020, respectivamente.



Fonte: Instagram

Discussões

A partir da análise dos conteúdos veiculados pelos perfis selecionados, percebemos diferentes vieses traçados com o mesmo objetivo de valorização dos povos indígenas, em defesa de seus direitos e no enfrentamento à Covid-19. Enquanto os perfis @midiaindiaoficial e @apiboficial apresentam uma vertente de comunicação mais relacionada a temas políticos e legislativos, abordando temáticas relacionadas a campanhas e projetos de lei que assegurem os direitos dos povos indígenas, o perfil @visibilidadeindigena percorre um caminho mais associado à cena artística, mas também fortemente marcada como ato político de representatividade e documentação dos elementos das diversas cosmologias indígenas.

É interessante observar como as postagens tornam-se espaços virtuais apropriados pelos ativistas indígenas enquanto canais de expressão comunicacional, mas também de extensão de uma experiência cosmológica, por meio da qual falam de si, da sua relação com o outro, com o mundo e orientam um agir cotidiano em articulam com seus parentes distantes, mas conectados em uma mesma rede de ações, crenças e consciência. Uma rede que passa a dar corpo e representatividade digital aos povos indígenas perante os demais grupos sociais, a partir da demarcação do seu lugar de fala e da sua presença cada vez mais expandida pela abrangência e visibilidade das redes.

Perante a ameaça da pandemia de Covid-19, os grupos net-ativistas ocupam os espaços virtuais também como gesto de resistência e ato de confronto, produzindo seus próprios conteúdos e obtendo uma visibilidade que, muito possivelmente, seria inalcançável nos espaços concorridos e super onerosos das mídias tradicionais.

Sobre a escassez de representatividade indígena nos noticiários dos veículos tradicionais de imprensa, na primeira década dos anos 2000, Patrícia Bandeira de Melo (2008) salientava que as notícias sobre os indígenas são raras, e geralmente estão relacionadas à violência contra o indígena ou mostrando o indígena como autor de violência. Assim como ela, Minardi (2012), também enfatiza que os índios são apresentados à sociedade como diferentes, preguiçosos e suprimidos pela economia vigente, muitas vezes, reforçando a visão dos antigos colonizadores em relação à força de trabalho indígena que fora posteriormente substituída pelos negros. Batista, Silva & Simas (2015) também desenvolveram um estudo analítico por meio do qual verificaram que o lexema indigenismo resgata a informação de que os indígenas foram ou ainda são tutelados pelo Estado, o que leva a uma concepção de incapacidade dos indígenas.

Os resultados dessas pesquisas delineiam uma preocupação que se amplia em duas direções: por um lado o pouco espaço de fala e participação dos próprios povos indígenas falando por si em lugar de órgãos públicos criados para atendê-los. Por outro, a forma como os povos indígenas são representados nesses poucos espaços destinados a seus temas.

Muito em decorrência dessas preocupações, as comunidades indígenas encontram na internet ambientes propícios e acessíveis para se organizarem e alcançarem os espaços de visibilidade que necessitam para dar amplitude a sua fala. Por meio da plataforma do Instagram, o alerta sobre os riscos, a exposição e a vulnerabilidade das etnias indígenas perante a disseminação do novo coronavírus conquista uma reação e *feedback* mais efetivos por meio das audiências engajadas, mobilizadas e atuantes.

É válido observar, ainda, que além das comunicações relacionadas à ameaça da pandemia de Covid-19, os temas mais recorrentes nas últimas comunicações são as disputas em torno da legislação sobre a demarcação das terras indígenas pelo Governo Federal e as queimadas que dizimam a fauna e a flora de áreas de preservação permanente.

Afora a intenção de denúncia e conscientização sobre a saúde e vida dos povos indígenas, seus direitos e crimes contra a humanidade e ambientais, verificamos também o interesse de divulgação de conquistas e eventos abordando assuntos aproximados a esse tema e, de forma ainda mais intensa, o chamamento para mobilizações, ocupações e intervenções organizadas. As redes digitais são utilizadas, assim, estrategicamente, como canal articulador e aglutinador de ações de luta e resistência indígenas em defesa de sua sobrevivência.

Outra constatação a respeito da operacionalização dessa articulação é que alguns perfis utilizam suas redes para criar e fortalecer uma rede ainda maior de ajuda mútua no ambiente virtual, uma rede de redes, por meio da colaboração entre comunidades net-ativistas indígenas. Criam um ecossistema que amplia fortemente sua network (Schwartz, 1996) e potencializa o raio de atuação e relacionamento com as comunidades interconectadas a partir de compartilhamentos, repostagens e marcação de perfis parceiros em suas comunicações.

Um exemplo é a divulgação da sequência de cards “7 ideias totalmente erradas sobre os povos indígenas” criada pelo perfil @visibilidadeindigena (que alcançou 9.294 curtidas) e compartilhada pelo perfil @apiboficial (que alcançou 5.870 curtidas). O conteúdo faz um alerta sobre preconceitos e estigmas difundidos por ignorância ou desconhecimento.

Outro exemplo é a recente mobilização “Campanha Indígena: demarcando as urnas”, lançada há 4 dias e direcionada às eleições municipais de 2020. A mobilização está sendo divulgada pelo perfil @campanhaindigena e pela uso da *hashtag* #campanhaindigena. Foi criada pelos perfis @midiaindiaoficial e @apiboficial, em parceria com a Mídia Ninja e está sendo compartilhada por outros perfis ativistas engajados com as causas indígenas. A ação faz uma convocação aos povos de todas as etnias para que votem em seus próprios representantes como forma de defesa e proteção dos povos. Para isso, a mobilização criou uma plataforma de divulgação (www.campanhaindigena.org) onde são apresentados todos os candidatos indígenas em cada Estado da federação. Além disso, também

são veiculados vídeos de lideranças que estimulam a união das etnias a partir do lema “parente vota em parente”.

Considerações finais

As análises nos permitem compreender que a plataforma do Instagram está, paulatinamente, sendo habitada pelos povos indígenas, na medida em que eles encontram nesse suporte espaço para amplificação do seu potencial comunicativo e de articulação entre as etnias, especialmente durante a pandemia de Covid-19. De forma mais estratégica, grupos ativistas se reúnem em comunidades conectadas e interatuantes que criam sistemas macro de comunicação a partir da formação de uma rede de redes net-ativistas indígenas.

As comunicações desempenhadas por esses grupos nos perfis do Instagram são constituídas com base no universo cosmológico que partilham, suas experiências, modos de compreender e sentir sua existência no mundo, assim como a partir da sua forma de perceber e enfrentar as “doenças do homem branco” que, mais uma vez, ameaçam a continuidade da existência das etnias indígenas no Brasil e no mundo.

A necessidade de compartilhamento urgente de informações, assim como a busca emergencial de apoio para manutenção da saúde dos povos indígenas estimulou ainda mais a articulação e operação dos grupos net-ativistas. As plataformas virtuais, que concentraram ainda mais audiência em decorrência da necessidade de distanciamento e isolamento social, funcionaram como o canal ideal de notoriedade e acesso a mecanismos de assistência e ajuda humanitária. E, na esteira dos processos de unificação em torno do combate à pandemia, fortaleceu-se também a aproximação de forças em busca de outras causas mais históricas.

Percebe-se, a partir das análises dos conteúdos veiculados nos perfis selecionados, que as comunicações dessas redes são marcadamente focadas na 1) conscientização e denúncia de violações dos direitos indígenas; 2) divulgação de conquistas alcançadas e de eventos que discutam suas causas; e na 3) articulação de mobilizações, ocupações e intervenções organizadas.

Compreende-se, ainda, que a rede do Instagram passa a ser habitada pelos povos indígenas como um ecossistema de luta e resistência. A plataforma digital se delinea como uma arena de ocupação em defesa da sobrevivência desses povos e de suas cosmologias, suas formas de viver, de habitar, seus conhecimentos, práticas e formas de expressão.

Diante de ameaças iminentes e do ininterrupto processo de dizimação de seus povos, o que se percebe, ainda que inicial e de forma amostral, é que as etnias indígenas estão encontrando no ambiente digital mais um espaço de extensão da vida em Gaia. Um espaço onde a virtualidade passar a ser experimentada como um canal de conexões que ampliam o contato dos povos para além das florestas e aldeias locais, capaz de repercutir e ecoar na aldeia global o pedido de socorro

pelas vidas em situação de vulnerabilidade, ou o brado de batalha para reunir as etnias em uma mesma luta.

Referências

- Agamben, G. (2009). *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Santa Catarina: Argos.
- Articulação dos povos indígenas do Brasil (APIB). (2020). *Emergência indígena: plano de enfrentamento da Covid-19 no Brasil*. Disponível em: <<https://apiboficial.org/emergenciaindigena/>>. Acesso em: 20 Out. 2020.
- Coordenação das organizações indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).
- Batista, D., Silva, L. & Simas, H. (2015). *O outro lado do índio*: representações sociais na mídia. Revista Relem – ICSEZ/UFAM, v. 6, n. 11, p. 141-151.
- Di Felice, M. (2019). *La cittadinanza digitale*. Milano: Meltemi.
- Di Felice, M. (2017). *Net-attivismo, dall azione sociale all atto connettivo*. Roma: Ed. Estemporanee.
- Di Felice, M. (2013). Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas. Revista *Matrizes* – USP. v. 7, n. 2, p. 49-71.
- Ferrante, I.; Fearnside, P. (2020). Protect Indigenous peoples from COVID-19. *SCIENCE*, n° 368.
- Franco, T. (2019). *Ameríndios Conectados*: As formas comunicativas de habitar e narrar o mundo, de acordo com as imagens dos modernos e dos Krahô. Tese de doutorado. Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo (USP): São Paulo.
- Heidegger, M. (1977). *A Origem da obra de arte*. Lisboa: Edições 70.
- Haraway, D. (2019). *Seguir con el problema*. Generar parentesco en el Chthuluceno. Edición Consonni: Bilbao.
- Latour, B. (2020) *Diante de Gaia - Oito Conferências sobre a Natureza no Antropoceno*. UBU: São Paulo.
- Magalhães, M. (2018). *Net-Ativismo*: protestos e subversões nas redes sociais digitais. Lisboa: ICNova.
- Melo, P. (2008). *O Índio na Mídia*: Discurso e Representação Social. Recife: Fundação Joaquim Nabuco.
- Mignolo, W. (2005). *La idea de américa latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa.
- Minardi, D. (2012). *Mídia e Representações Sociais Indígenas*: Caso do ataque ao acampamento Guarani Kaiowá. Brasília: VIII Conferência Brasileira de Mídia Cidadã, UnB.
- Pereira, E. (2018). *A ecologia digital da participação indígena brasileira*. Lumina, v. 12, n. 3, p. 93-112, 30 dez.
- Pereira, E. (2017). Net-ativismo indígena brasileiro: notas sobre a atuação comunicativa indígena nas redes digitais In.: PEREIRA, E. S. DI FELICE, M.; Pereira, E. S. (Orgs.). *Redes e ecologias comunicativas indígenas: as contribuições dos povos originários à teoria da comunicação*. São Paulo: Paulus.
- Pereira, E. (2013). *O local digital das culturas: as interações entre culturas, mídias digitais e territórios*. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- Pereira, E. (2012). *Ciborgues indigen@s.br*: a presença nativa no ciberespaço. São Paulo: Annablume.
- Pereira, E. (2010). *Mídias Nativas: a comunicação audiovisual indígena – o caso do projeto*

- Vídeo nas Aldeias, *Revista Ciberlegenda*, n. 23.
- Quem somos. (2020). Disponível em: <<https://coiab.org.br/quemsomos>>. Acesso em: 19 Out. 2020.
- Schwartz, E. (1996). *Net Activism: How Citizens Use the Internet*. O'Reilly Media, 1996.
- Sebrae, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2020) *Instagram para empresas: 10 dicas para promover seu negócio*. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/al/artigos/10-dicas-para-promover-o-seu-negocio-no-instagram.e11da535c0597510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 19 Out. 2020.
- Sloterdijk, P. (2006). *Esferas III*. Madri: Ediciones Siruela.
- Sloterdijk, P. (2004). *Esferas II*. Madri: Ediciones Siruela.
- Sloterdijk, P. (2003). *Esferas I*. Madri: Ediciones Siruela.
- Sloterdijk, P. (1999). *No mesmo barco: ensaio sobre a hiperpolítica*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Sousa Júnior, J.; Petroll, M.; Rocha, R. (2019). *Fake News e o Comportamento Online dos Eleitores nas Redes Sociais durante a Campanha Presidencial Brasileira de 2018*. In: Anais do XXII SEMEAD – SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO. São Paulo: USP.
- Vasconcellos-Silva, P.; & Castiel, L. (2020). COVID-19, as fake news e o sono da razão comunicativa gerando monstros: a narrativa dos riscos e os riscos das narrativas. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(7), e00101920. Epub July 24.